

Senado define verbas para oposição

3 MAR 1983

Emílio Braga,
da Editoria de Política

JORNAL DE BRASIL

Está nas mãos do governo federal a definição concreta do relacionamento com os novos governos estaduais oposicionistas, a começar pelo de Tancredo Neves em Minas Gerais. O Senado aprovou nos primeiros dias desta legislatura a autorização para o empréstimo de mais de Cr\$ 20 bilhões ao governo mineiro, devendo hoje votar o pedido de mais US\$ 50 milhões. Esses empréstimos foram solicitados pelo antigo governo pedessista de Francelino Pereira, tendo aprovação técnica preliminar dos órgãos do Executivo Federal, mas só agora foram aprovados. Caberá especificamente à CEF — Caixa Econômica Federal —, e ao BNH — Banco Nacional de Habitação, no caso dos empréstimos internos (em cruzeiros), a liberação do dinheiro, e ao Banco Central o aval para a obtenção dos dólares no mercado externo.

O caso de Minas não é o único. O Senado já autorizou também empréstimos internos para as prefeituras oposicionistas de Mogi Guaçu, em São Paulo, e Umuarama, no Paraná. E a curto prazo deverão ser aprovadas autorizações para empréstimos e 36 prefeituras oposicionistas de nove estados, totalizando perto de Cr\$ 14 bilhões, mais quatro governos oposicionistas, incluindo São Paulo, Paraná, Amazonas e Rio de Janeiro no valor aproximado de Cr\$ 3 bilhões. Além disso estão em vias de aprovação outros quatro empréstimos externos, dois para os governos oposicionistas do Paraná e Rio de Janeiro e dois para as prefeituras de Rio Claro, em São Paulo, e Manaus, no Amazonas, somente US\$ 272 milhões, sendo US\$ 162 milhões somente para o governo Leonel Brizola.

O governo de Minas Gerais foi apenas o primeiro a tomar a iniciativa. Tancredo Neves, ainda senador, logo no início deste mês entrou junto à Mesa do Senado com quatro requerimentos de desarquivamento de quatro empréstimos internos, mais um externo. O desarquivamento é automático. E ao contrário da legislatura passada, quando a votação desses empréstimos foi permanentemente obstruída pela oposição, desta feita um acordo das lideranças partidárias permitiu a aprovação tranquila dos mesmos.

São os seguintes, por Estado, os empréstimos desarquivados e já aprovados ou prestes a serem votados no Senado:

TOTAIS P/ ESTADO	EXTERNOS GOVERNO	EXTERNOS PREFEITURAS	INTERNOS GOVERNOS	INTERNOS PREFEITURAS
MG	US\$50.000.000		20.236.631.194	594.329.440
SP		US\$10.000.000	2.510.360.000	3.663.482.520
PR	US\$40.000.000		579.100.000	5.945.600.554
RJ	US\$162.000.000			
GO				274.852.066
MS				448.962.400
AM				
RS	US\$110.000.000 + DM 10.900.000			2.403.350.089
PB				1.061.651.900
MA			532.456.800	22.141.000
AP				115.723.223
AL	US\$20.000.000			
CE	US\$50.000.000			
SE				3.801.480.163
MT			7.843.348.730	271.334.874
PI	US\$10.000.000		2.128.039.360	3.619.000
BA	US\$60.000.000		3.545.804.262	1.546.842.700
PE	US\$55.000.000		2.639.179.600	328.262.966
RN			93.468.000	72.171.900
SC			1.479.817.700	287.665.778

abrindo espaço para uma melhor avaliação política do relacionamento entre o governo federal e os estaduais de oposição.

O governo do Paraná seguiu o exemplo e, através dos senadores Alvaro Dias e Afonso Camargo Neto, requereu o desarquivamento de um empréstimo externo de US\$ 40 milhões, um interno de Cr\$ 579 milhões, um empréstimo para entre outras prefeituras, a de Curitiba superior a Cr\$ 4,5 bilhões. Os governos de São Paulo, Amazonas e Rio de Janeiro igualmente estão com pedidos de empréstimos voltando a tramitar, mas há dúvidas de que o desarquivamento tenha ocorrido por iniciativa dos atuais governadores.

De uma parte, a obtenção desses empréstimos se apresenta como um lance de esperteza dos governadores oposicionistas. Pedidos pelos antigos governadores do PDS ele já têm viabilidade técnica aprovada pelo Executivo Federal, que agora só pode negá-los alegando falta de dinheiro. De outra parte porém, os atuais governadores oposicionistas ficam amarrados a compromissos dos antigos governadores do PDS pois os empréstimos que solicitaram se destinam a obras específicas. Assim, alguns

governadores oposicionistas ainda refletirão sobre seus orçamentos antes de tomar a decisão de requerer o desarquivamento desses empréstimos.

E dentro deste quadro que os especialistas na matéria no Senado vêem com reservas os requerimentos de desarquivamento dos empréstimos para os governos de São Paulo, solicitado pelo senador "malufista" Alexandre Costa, do Maranhão; e do Amazonas, incluindo um empréstimo externo de US\$ 10 milhões para a prefeitura de Manaus, encaminhado pelo senador pedessista Raimundo Parente. O do Rio de Janeiro, que tinha e continua tendo governo de oposição, teve desarquivamento estranhamente solicitado pelo senador pedessista, Jutahy Magalhães, da Bahia. As especulações a respeito vão no sentido de acreditar que o dinheiro desses empréstimos já foi empenhado, servindo a aprovação do Senado apenas para tapar os buracos contábeis dos antigos governos desses Estados.

De qualquer forma a porta aberta pelo acordo das lideranças no Senado está servindo para a entrada de todo mundo. O senador Henrique Santillo, vice-líder do PMDB, que coordena a ação da bancada oposicionista no caso dos empréstimos, não perdeu tempo e entrou com requerimento de desarquivamento de empréstimos para 15 pequenas prefeituras oposicionistas de Goiás. O líder peemedebista Humberto Lucena encaminhou os de seu reduto eleitoral de Campina Grande, na Paraíba, governada pelo PDS. Os atuais governadores do PDS, a começar por requerimentos do líder Aloísio Chaves, e depois de seus próprios representantes no Senado, não ficaram atrás. Onze dos doze governos pedessistas solicitaram empréstimos externos num total de US\$ 385 milhões mais 10.900.000 marcos; empréstimos internos de mais de Cr\$ 21 bilhões, além dos empréstimos internos para 39 prefeituras de vários Estados num valor superior a Cr\$ 3 bilhões.

Os empréstimos solicitados pelo PDS permitirão saber se o governo federal fará discriminação na distribuição de verbas aos Estados, conforme o partido que esteja no poder.